



## 22 DE JUNHO DE 2018

### Sexta-feira

- TST APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA SOBRE NORMAS PROCESSUAIS INTRODUZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA
- NÚMERO DE AÇÕES TRABALHISTAS CAI 40% EM SEIS MESES
- PORTARIA PERMITE A SERVIDOR ESCOLHER TRABALHAR OU NÃO EM DIA DE JOGO DO BRASIL
- TRABALHADOR SÓ PAGARÁ CUSTOS DE PROCESSO SE PERDER EM AÇÃO INICIADA PÓS-REFORMA
- ENTRA EM VIGOR LEI PARA RECLAMAR DE SERVIÇO PÚBLICO; ENTENDA COMO
- DEBATEDORES DEFENDEM REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE MERCADORIAS, BENS E SERVIÇOS
- CAGED MOSTRA O IMPACTO DA NOVA LEI TRABALHISTA NO MERCADO
- eSOCIAL SEM MOVIMENTO: QUANDO DEVERÁ SER TRANSMITIDA?
- MANUAL AUXILIA EMPRESAS A AVALIAR RETORNO SOBRE INVESTIMENTO SOCIAL
- TST IMPÕE DERROTA À PETROBRAS EM AÇÃO QUE PODE GERAR PERDA BILIONÁRIA À ESTATAL
- PETROBRAS: DERROTA NO TST NÃO TEM IMPACTOS FINANCEIROS IMEDIATOS
- PETROBRAS: ADR CAI 0,21% NO PRÉ-MERCADO EM NY NO DAY AFTER DE DERROTA TRABALHISTA
- BR DISTRIBUIDORA TEM PROCESSOS NO TST SIMILARES AO DA PETROBRAS
- ABIQUIM: EXPORTAÇÕES SOMAM US\$ 862 MILHÕES EM MAIO, PIOR RESULTADO DESDE 2008
- SETOR INDUSTRIAL EM MG ENCOLHE 2,3% E PIB DO ESTADO CRESCE 0,3% NO PRIMEIRO TRIMESTRE
- MDIC É PRIMEIRO ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL A ADERIR À REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL DA ONU
- MARCOS JORGE DESTACA MEDIDAS DO GOVERNO PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL

- SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA PROMOVE OFICINA PARA DISCUTIR POLÍTICA NACIONAL PARA O SETOR
- SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL É DIFERENTE DA ARGENTINA E DA TURQUIA, DIZ GUARDIA
- INFLAÇÃO ESTÁ "CONTIDA, CONTROLADA E ABAIXO DA META" NO ANO, DIZ GUARDIA
- 'BRASIL É PRÓDIGO EM TABELAMENTOS MALSUCEDIDOS', DIZ PROFESSOR DA USP
- COM ALTA NO FRETE, FERTILIZANTE ESTÁ PARADO EM PORTOS
- PARA RETOMAR TRANSPORTE DE CARGA, EMPRESAS IGNORAM TABELA DE FRETE
- BRASIL SEGUIRÁ DEPENDENTE DE CAMINHÕES POR PELO MENOS 20 ANOS, DIZ FDC
- TRUMP AMEAÇA IMPOR TARIFAS DE 20% SOBRE VEÍCULOS DA UNIÃO EUROPEIA
- ZF E MOBILEYE TRABALHARÃO JUNTAS EM NOVA GERAÇÃO DE CÂMERAS
- AUDI E HYUNDAI VÃO DESENVOLVER CÉLULA DE COMBUSTÍVEL PARA ELÉTRICOS
- NISSAN ELEVA USO DE AÇO ULTRARRESISTENTE EM SEUS CARROS
- VOLKSWAGEN ENTREGA GESTÃO REGIONAL A SUAS MARCAS
- GM DECIDE PRODUZIR UTILITÁRIO BLAZER NO MÉXICO
- AUDI A1 RENOVADO PASSA A USAR PLATAFORMA MQB
- DAIMLER REVISAR PERSPECTIVAS E PROJETA LUCRO MENOR EM 2018
- MERCEDES-BENZ VÊ CRESCIMENTO DE 15% NAS VENDAS DE VANS E CHASSI-CABINE
- LMC PROJETA SALTO NA VENDA DE VEÍCULOS ELETRIFICADOS A PARTIR DE 2019 ATÉ 2027

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 22/06/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,772	3,773
<b>Euro</b>	4,387	4,389

**Fonte: BACEN**

## **TST aprova Instrução Normativa sobre normas processuais introduzidas pela Reforma Trabalhista**

22/06/2018 – Fonte: TST (publicado em 21-06-2018)

### **TST aprova Instrução Normativa sobre normas processuais introduzidas pela Reforma Trabalhista**

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho aprovou nesta quinta-feira (21) a Instrução Normativa 41/2018, que explicita normas de direito processual relativas à Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). De acordo com o texto aprovado, a aplicação das normas processuais previstas pela reforma é imediata, sem atingir, no entanto, situações iniciadas ou consolidadas na vigência da lei revogada. Assim, a maioria das alterações processuais não se aplica aos processos iniciados antes de 11/11/2017, data em que a Lei 13.467 entrou em vigor.

O documento aprovado é resultado do trabalho de uma comissão composta de nove ministros do TST instituída em fevereiro para analisar as alterações introduzidas na CLT. As instruções normativas não têm natureza vinculante, ou seja, não são de observância obrigatória pelo primeiro e pelo segundo grau. Contudo, sinalizam como o TST aplica as normas por elas interpretadas.

#### **Direito processual**

Segundo o ministro Aloysio Corrêa da Veiga, que presidiu os trabalhos da comissão, o foco foram as questões de direito intertemporal, visando à definição do marco inicial para a aplicação da nova lei. “O objetivo foi assegurar o direito adquirido processual, o ato jurídico processual perfeito e a coisa julgada”, afirmou.

Seguindo essa metodologia, a Instrução Normativa trata das alterações da CLT em temas como prescrição intercorrente (artigo 11-A), honorários periciais (artigo 790-B) e sucumbenciais (artigo 791-A), responsabilidade por dano processual (artigos 793-A a 793-C), aplicação de multa a testemunhas que prestarem informações falsas (artigo 793-D), fim da exigência de que o preposto seja empregado (artigo 843, parágrafo 3º) e condenação em razão de não comparecimento à audiência (artigo 844, parágrafo 2º).

O documento refere-se também a diversos dispositivos relativos à fase de execução, como o artigo 844, parágrafo 6º, que prevê que não se pode exigir garantia de entidades filantrópicas (artigo 884, parágrafo 6º).

Em relação à transcendência, a IN prevê que o exame seguirá a regra já fixada no artigo 246 do Regimento Interno do TST, incidindo apenas sobre acórdãos de Tribunais Regionais publicados a partir de 11/11/2017.

As questões de direito material serão discutidas caso a caso, no julgamento no primeiro e no segundo grau, bem assim no julgamento dos recursos sobre os temas que chegarem ao TST. A parte do direito material constante da reforma é a que trata de temas como férias, tempo à disposição do empregador, teletrabalho, reparação por dano extrapatrimonial, trabalho intermitente e extinção do contrato por comum acordo. “Em relação a esses temas, deverá haver uma construção jurisprudencial a partir do julgamento de casos concretos”, explica o ministro Aloysio.

#### **Comissão**

A comissão responsável pela proposta da Instrução Normativa é composta dos ministros Aloysio Corrêa da Veiga (presidente), Maria Cristina Peduzzi, Vieira de Mello Filho, Alberto Bresciani, Walmir Oliveira da Costa, Mauricio Godinho Delgado, Augusto César Leite de Carvalho, Alexandre Agra Belmonte e Douglas Alencar Rodrigues.

Em abril, a comissão apresentou suas conclusões, em documento entregue ao presidente do TST, ministro Brito Pereira. “Estivemos desde então estudando, discutindo e aprimorando o texto”, destacou o presidente, ao cumprimentar os nove ministros por terem aceitado o encargo. O presidente saudou também os demais ministros do Tribunal pelas contribuições à comissão no período de elaboração desse trabalho.

Leia [aqui](#) a íntegra da Resolução 221/2018, que edita a Instrução Normativa 41/2018.

## **Número de ações trabalhistas cai 40% em seis meses**

22/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Após seis meses inteiros com a reforma trabalhista em vigor, completados em maio, o número de ações abertas na Justiça do Trabalho registrou queda de 40,8% nos números acumulados em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo revelam dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A Lei 13.467, que alterou pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entrou em vigor em 11 de novembro do ano passado. Considerando o acumulado entre dezembro, primeiro mês completo sob vigência das novas regras, e maio deste ano, foram abertos 766.387 novos processos trabalhistas. No período equivalente anterior foram 1,3 milhão de ações.

A nova lei determina, entre outros pontos, que, se o trabalhador perder a ação, ele terá de arcar com os honorários dos advogados (sucumbências) da empresa processada.

Segundo Fabio Chong, sócio do escritório L.O. Baptista Advogados, “há uma tendência de que os processos sejam mais sérios, com avaliação mais crítica antes que sejam abertos.”

Essa também é a avaliação de Luiz Fernando Quevedo, sócio do escritório Giamundo Neto Advogados. Ele diz que advogados e trabalhadores estão avaliando melhor o que incluir nas ações. “Havia muitos pedidos irresponsáveis.” Com a regra de sucumbência, as chamadas “ações aventureiras” estão acabando.

O professor da PUC-RJ, José Márcio Camargo, afirma que, nas ações pós-reforma, o número de pedidos de indenizações por danos morais e insalubridade, mais difíceis de serem comprovados, caiu de 70 mil a 80 mil por mês para 15 mil a 20 mil.

Na opinião de Chong, o volume de ações ainda é elevado e uma maneira eficaz de reduzir a judicialização seria criar formas alternativas para a solução de conflitos entre patrões e empregados, sem passar pela Justiça.

Em maio, o número de processos abertos atingiu 163.407 – o maior número do ano, mas 36,2% inferior ao registrado maio de 2017. Em abril, a queda havia sido de 26,4% em relação ao mesmo mês do ano passado, representando a menor variação mensal entre os períodos pré e pós-reforma.

Dezembro foi o mês da maior queda, de 55,3% no comparativo de um ano para outro. Essa diferença foi atribuída ao represamento de processos em razão da insegurança jurídica com a nova norma, bem como à antecipação de processos nos meses anteriores.

### **Contribuição**

Apesar de inferiores na comparação de um ano para o outro, o número de ações trabalhistas vem aumentando mês a mês, com exceção da passagem de março para

abril. O fenômeno é visto por especialistas como sazonal pois ocorreu também em anos anteriores.

Por outro lado, há uma redução no ritmo de queda no comparativo de 12 meses. Começou em 55,3% e está em 36,2%. Para a advogada Gisela Freire, sócia do escritório Cescon Barriueu, o fim da contribuição sindical é um fator que pode ter contribuído para sustentar o volume de processos trabalhistas nos últimos meses.

“Observamos um número muito grande de ações movidas por sindicatos cobrando a contribuição sindical, especialmente em abril”, diz a advogada. “Quando os sindicatos perceberam que as empresas não iriam efetuar o desconto em março (de um dia de salário de cada trabalhador), começaram a entrar com ações pedindo liminares e antecipações de tutela para que o Judiciário determinasse o pagamento do valor ao sindicato”.

Gisela acredita que boa parte dos cerca de 17 mil sindicatos brasileiros deve ter acionado a Justiça contra o não recolhimento da contribuição que, pela nova regra, passou a ser opcional.

No escritório Giamundo Neto Advogados, por exemplo, nos meses de março e abril o número de ações de sindicatos pedindo a contribuição superou o de reclamações trabalhistas.

Para Fabio Chong, a redução no ritmo de queda de novos processos representa uma “curva de aprendizado” de trabalhadores e advogados sobre a aplicação da nova lei. “Criou-se muita expectativa de que a reforma mudaria completamente o cenário de litigiosidade elevada. Temos visto, porém, um aumento.”

### **Portaria permite a servidor escolher trabalhar ou não em dia de jogo do Brasil**

22/06/2018 – Fonte: Isto É

O Ministério do Planejamento publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, 22, portaria que torna ponto facultativo parte do expediente nos órgãos do Poder Executivo nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da Rússia.

Com isso, os servidores poderão escolher se trabalham ou não durante os jogos, podendo compensar horas não trabalhadas ou continuar com as atividades profissionais regularmente.

A portaria substitui uma outra do início do mês que fixava um horário especial obrigatório nos dias das disputas, também com previsão de compensação de horas. A mudança, segunda explica o Planejamento, decorre de liminares judiciais que concederam a algumas categorias de servidores a liberdade de trabalhar ou não no horário dos jogos do Brasil.

Pelo ato publicado nesta quinta, os órgãos deverão permanecer abertos no horário dos jogos da Seleção. A portaria ainda mantém a orientação de que os serviços considerados essenciais não poderão ser interrompidos.

Com o ponto facultativo, nos dias em que os jogos forem realizados pela manhã, os servidores podem começar a trabalhar a partir das 14h. Quando as partidas da Seleção forem à tarde, o período de trabalho poderá ser encerrado às 13h.

O prazo para compensação de horas – para quem optar por assistir aos jogos – vai até o dia 31 de outubro, como já estava previsto na primeira portaria.

## **Trabalhador só pagará custos de processo se perder em ação iniciada pós-reforma**

22/06/2018 – Fonte: Isto É (publicado em 21-06-2018)

O plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou o parecer produzido por uma comissão de ministros que prevê que a Justiça só vai considerar as regras para o andamento dos processos previstas pela reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia 11 de novembro de 2017, para ações iniciadas depois dessa data.

A proposta aprovada cita que a maioria das alterações previstas pela reforma de como os juízes devem proceder e como o processo deve tramitar não se aplica aos processos iniciados antes de 11 de novembro do ano passado. Entre as mudanças mencionadas, estão aquelas que preveem responsabilidade por dano processual e reveem multa por litigância de má-fé e por falso testemunho.

O mesmo entendimento é usado para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência (valor que o perdedor da causa paga ao advogado). Essa regra só passa a valer para as ações propostas após 11 de novembro de 2017.

Isso significa que empregados derrotados na Justiça do Trabalho só terão de pagar as custas do processo judicial se as ações começaram a tramitar depois de novembro/2017.

Com a decisão tomada, passa a valer a instrução normativa proposta pelos ministros. O documento é usado como referência pelas outras instâncias da Justiça do Trabalho, mas não tem poder vinculante – ou seja, outras instâncias não precisam seguir à risca esse entendimento.

Sobre o direito material – regras da relação trabalhista entre empregado e patrão -, a instrução do TST não faz qualquer menção e os ministros sugerem que seja criada jurisprudência na Justiça a partir de casos concretos analisados sob a nova lei.

## **Entra em vigor lei para reclamar de serviço público; entenda como**

22/06/2018 – Fonte: EM.com

Os usuários de serviços públicos agora contam com um código de proteção e defesa dos seus direitos e deveres. Isso porque entrou em vigor o chamado Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (CDU). A legislação estabelece normas básicas para a prestação de serviços públicos e para a participação dos cidadãos na administração pública direta e indireta, além de prever importantes instrumentos de controle social.

Publicada no Diário Oficial de União em 27 de junho do ano passado a Lei 13.460 entra em vigor hoje, após 360 dias para União, estados, Distrito Federal e municípios com mais de 500 mil habitantes. Para municípios entre 100 mil e 500 mil, a entrada em vigor ainda levará mais um tempo, após 540 dias a contar da sua publicação. E em 720 dias para municípios com menos de 100 mil habitantes.

O CDU é como o Código de Defesa do Consumidor, que trata dos direitos e deveres dos cidadãos quando há relação de consumo com os prestadores de serviços. Mas, no caso do CDU, as regras valem para serviços prestados por órgãos públicos da administração pública direta e indireta, além de entidades e empresas contratadas para a prestação de serviços aos cidadãos.

A medida estabelece, por exemplo, que os usuários desses serviços, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, deverão ter o direito à acessibilidade e cortesia no atendimento, além da presunção da boa-fé. Os próprios agentes públicos deverão autenticar documentos, à vista dos originais apresentados pelo usuário. Fica proibida

a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade, assim como a exigência de nova prova sobre algum fato já comprovado em documentação válida.

Os órgãos públicos também terão de editar e disponibilizar uma Carta de Serviço ao Usuário, com informações claras a respeito do serviço prestado, tempo de espera para atendimento, prazo máximo e locais para reclamação, entre outros serviços.

## **Controle social**

Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações sobre os serviços públicos nas ouvidorias dos órgãos ou entidades públicas, que deverão promover a mediação e conciliação com o usuário. A ouvidoria deverá encaminhar decisão administrativa final ao usuário em até 30 dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

O texto cria os conselhos de usuários para avaliar os serviços públicos prestado, como órgãos consultivos. Eles deverão acompanhar e propor melhorias para a prestação dos serviços, além de avaliar a atuação do ouvidor. A escolha dos representantes será feita em processo aberto ao público e diferenciado por tipo de usuário a ser representado. Cada poder e esfera de governo deverá regulamentar a organização e funcionamento desses conselhos.

A legislação institui pesquisa de satisfação dos usuários para medir a qualidade dos serviços prestados. A avaliação deverá ser feita, no mínimo, uma vez ao ano, e seu resultado deverá ser integralmente publicado na página do órgão ou entidade, incluindo o ranking das entidades com maior incidência de reclamação dos usuários. Os resultados servirão para reorientar e ajustar os serviços prestados.

O CDU mantém os deveres dos usuários dos serviços públicos, como agir com urbanidade e boa-fé, colaborar e prestar as informações pertinentes quando solicitadas, além de preservar as condições dos bens públicos.

## **Debatedores defendem redução da carga tributária sobre mercadorias, bens e serviços**

22/06/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 21-06-2018)

O Brasil precisa aumentar a tributação direta sobre a renda e reduzir a carga tributária indireta sobre mercadorias, bens e serviços. Essa foi a avaliação dos debatedores presentes na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) nesta quinta-feira (21). Na reunião requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), os convidados discutiram a reforma tributária com foco no projeto *Reforma Tributária Solidária: menos Desigualdade, mais Brasil*.

- Desde que estou no Parlamento, há mais de 30 anos, fala-se muito, mas a reforma não acontece. Não sei o que há por trás do processo que não permite a reforma tributária justa e progressiva – disse o senador.

De acordo com Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), a instituição publicou um documento em 1993 evidenciando a necessidade de uma reforma fiscal, abrangendo tanto o gasto quanto a receita.

- O diagnóstico parece que não mudou desde então. A estrutura tributária é regressiva porque é excessivamente concentrada em tributos indiretos. O imposto sobre renda é pouco progressivo, especialmente no topo da escala de renda e nos rendimentos do capital, ou seja, o patrimônio é pouco tributado.

Para Floriano de Sá Neto, presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a população tem o sentimento equivocado de que se paga muito imposto no país. Segundo ele, a carga tributária é alta sobre mercadorias, bens e serviços.

- Existe pouca arrecadação na tributação sobre o patrimônio e a riqueza. Como exemplo, temos o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto Sobre Propriedade de Veículos (IPVA), o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), os impostos sobre herança e grandes fortunas. As grandes propriedades rurais contribuem pouco no Brasil – exemplificou.

Na reunião, Floriano leu o manifesto *Reforma Tributária Solidária: menos Desigualdade, mais Brasil* e ressaltou as premissas fundamentais da iniciativa. Entre os pontos destacados, o projeto propõe um sistema tributário progressivo que aumente a tributação direta sobre a renda, a propriedade e a riqueza e reduza a carga tributária indireta sobre mercadorias, bens e serviços e pagamento.

O documento também estabelece a necessidade de resgate do papel da tributação aduaneira e a revisão das renúncias fiscais para o enfrentamento da sonegação e controle da evasão fiscal.

### **Pesquisa Oxfam**

O Instituto Datafolha realizou uma pesquisa com questionário estruturado, produzido em conjunto com a Oxfam Brasil, aplicado em pontos de fluxo populacional relevante. A aplicação das entrevistas foi realizada em agosto de 2017. Ao todo, 2.025 pessoas foram entrevistadas em 129 municípios de pequeno, médio e grande portes, incluindo regiões metropolitanas e cidades do interior das cinco regiões brasileiras.

O estudo demonstrou que 79% dos brasileiros acreditam que o combate às desigualdades é obrigação de governos, 75% são contra o aumento geral de impostos para custear políticas sociais e 71% são a favor do aumento de impostos para pessoas muito ricas para esses fins.

Segundo o coordenador de campanha da Oxfam Brasil, Rafael Georges, a pesquisa também indica que a maioria dos brasileiros (66%) percebe a educação como uma das causas principais das desigualdades, bem como uma de suas mais importantes soluções.

- A Oxfam acredita que este é, de fato, um dos caminhos fundamentais para a superação das distâncias sociais e econômicas estruturais no país e, portanto, defende a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), que diz respeito a garantia do direito à educação básica com qualidade e, especificamente, à redução das desigualdades e à valorização da diversidade – ressaltou.

### **Caged mostra o impacto da nova lei trabalhista no mercado**

22/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

O mês de maio terminou com 4.385 admissões de trabalhadores com contrato intermitente. Também houve 14.576 desligamentos por acordo. De maneira geral, no mês foi registrado saldo positivo de 33,6 mil postos de trabalho.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quarta-feira, 20/06, pelo Ministério do Trabalho indicam que o mês de maio terminou com 4.385 admissões de trabalhadores com contrato intermitente, enquanto houve fechamento de 1.165 vagas pelo sistema de jornada parcial, o que resultou em um saldo positivo de 3.220 empregos.





De acordo com os dados do cadastro, os Estados com o maior número de contratações nesta modalidade são: São Paulo (saldo positivo de 1.067), Espírito Santo (349) e Minas Gerais (348 postos).

Já as contratações de trabalhadores em regime de tempo parcial atingiram 5.338 em maio, com 3.357 desligamentos, o que resultou em um saldo positivo de 1.981 empregos. Os maiores saldos foram registrados em São Paulo (526), Ceará (232) e Rio de Janeiro (218).

O Caged informou ainda que houve 14.576 desligamentos por acordo no mês de maio.  
**RESULTADO GERAL**

De maneira geral, em maio, foi registrada no Brasil a abertura de 33.659 vagas de emprego formal. O número é inferior ao registrado no mesmo mês de 2017, quando o saldo foi positivo em 34.254.

Nos cinco primeiros meses do ano, o saldo é positivo em 381.166 vagas e, nos últimos 12 meses, de 284.875 postos.

O resultado mensal foi puxado pelo setor agropecuário, que abriu 29.302 postos, seguido pelo setor de serviços, com a abertura de 18.577 vagas e pela construção civil (+3.181).

Também foram positivos os resultados dos setores de serviço de utilidade pública (+555), indústria extrativa mineral (+230) e administração pública (+197).

Em contrapartida, houve fechamento de vagas no comércio (-11.919 postos) e na indústria da transformação (-6.464 postos).

### **eSocial Sem Movimento: quando deverá ser transmitida?**

22/06/2018 – Fonte: Contábeis.com

O empregador/contribuinte/órgão público, deverá transmitir o eSocial "Sem Movimento" quando não possuir informações para os eventos periódicos (ausência de fato gerador).



O empregador pessoa física ou jurídica, o contribuinte e o órgão público, deverão transmitir o [eSocial](#) "Sem Movimento" (ausência de fato gerador) quando não possuírem informações para os seguintes eventos periódicos:

- S-1200 Remuneração do Trabalhador vinculado ao RGPS
- S-1202 Remuneração do Trabalhador vinculado a RPPS

- S-1207 Benefícios Previdenciários – RPPS
- S-1210 Pagamentos de Rendimentos do Trabalho
- S-1250 Aquisição de Produção Rural
- S-1260 Comercialização da Produção Rural Pessoa Física
- S-1270 Contratação de Trabalhadores Avulsos Não Portuários
- S-1280 Informações Complementares aos Eventos Periódicos

Excepcionalmente em 2018, a transmissão do eSocial “Sem Movimento” será feita observando o Cronograma de Implantação estabelecido pela Resolução nº 03, de 29 de novembro de 2017 do Comitê Diretivo do eSocial.

A partir de 2019 a transmissão ocorrerá no mês de janeiro de cada ano, e terá validade para todo o exercício ou até a próxima competência transmitida com movimento. Segundo o Manual de Orientação do eSocial v. 2.4, a transmissão do eSocial “Sem Movimento” será facultativa somente para o empregador pessoa física.

A informação relativa a ausência de fato gerador será prestada por meio da transmissão do evento “S-1299 Fechamento dos Eventos Periódicos” com a utilização de um Certificado Digital do tipo A1 ou A3. A transmissão desse evento também poderá ser feita com a utilização do Código de Acesso gerado no Portal do eSocial/RFB pelos seguintes empregadores/contribuintes:

- Microempreendedor Individual;
- Segurado Especial;
- Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional que possuam até 03 empregados; e
- Contribuinte individual equiparado à empresa e o produtor rural pessoa física que possuam até 07 empregados.

### **Manual auxilia empresas a avaliar retorno sobre investimento social**

22/06/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Guia utiliza princípios econômico-financeiros para análise dos projetos sociais***



Fábrica da multinacional Siemens em Jundiaí (SP) tem retorno positivo de investimento em projeto social; na foto, fábrica da empresa na China - Bobby Yip/Reuters

O apoio de empresas em projetos sociais não é invenção recente. Igualmente antigo é como calcular o retorno deste investimento sob o viés corporativo. Pensando nisso, a GV Ces (Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas) utilizou sua experiência com estudos de caso em 2015 para lançar, este ano, um guia.

O manual, disponível online, foi feito para que qualquer empresa possa analisar o ROI (retorno sobre investimentos, na sigla em inglês) de projetos socioambientais, chamado de ROI de sustentabilidade. “Usamos os princípios gerais de finança e economia”, explica Camila Yamahaki, pesquisadora da GV Ces. “A diferença é que olhamos o retorno social ou ambiental.”

A pesquisadora esclarece que o retorno calculado é para a empresa, especificamente, sem levar em conta os impactos na sociedade e no ambiente. “[O guia] Tenta tangibilizar ao máximo para monetizar os benefícios e explica quais os possíveis métodos de análise financeira para calcular o ROI do projeto [para a empresa].”

Uma das diretrizes do guia, segundo Yamahaki, é que as empresas façam a aplicação da ferramenta desde o início do apoio a projetos, para estimar tanto gastos evitados como receitas. “Facilita o cálculo para a empresa entender melhor e [decidir se] implementa o projeto.”

## **RETORNO POSITIVO**

Entre os estudos de caso em que a GV Ces realizou a aplicação do ROI de sustentabilidade está um programa de qualificação profissional de jovens de baixa renda que teve resultado classificado como lucrativo para a empresa.

Para calcular o ROI do programa Formare, instalado dentro da fábrica da Siemens em Jundiaí, na Grande São Paulo, o estudo levou em conta o que a multinacional desembolsou, incluindo o tempo dos funcionários voluntários, e o que deixou de gastar.

Ao observar isso, a Fundação Iochpe, que coordena a iniciativa social em todas as 45 empresas que aderiram ao programa, contratou a GV Ces para desenvolver um ROI de sustentabilidade para o Formare. “Além desses ganhos todos, existem outros específicos do projeto”, explica Cláudio Anjos, diretor-executivo da fundação, sobre a incorporação de sugestões dos beneficiários da iniciativa na linha de produção da Siemens, por exemplo.

Como mostra o exemplo da multinacional, o guia começa a solucionar a questão do cálculo do retorno. Além disso, as próprias empresas que participaram dos estudos de caso consideraram positivo não só a mensuração, como a aproximação entre as áreas financeiras e de sustentabilidade e o fortalecimento desta última.

## **TST impõe derrota à Petrobras em ação que pode gerar perda bilionária à estatal**

22/06/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 21-06-2018)

Em um longo julgamento que teve início na manhã desta quinta-feira e foi decidido no último voto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) impôs uma derrota à Petrobras em um processo que discute a forma de pagamento de uma verba salarial e que pode levar a um prejuízo bilionário à estatal.

A derrota pode significar perdas de até 17 bilhões de reais para a Petrobras, conforme estimativa de uma fonte da empresa apresentada à Reuters.

A causa em questão se refere à política remuneratória pela companhia desde 2007 a seus empregados, com a adoção da Remuneração Mínima de Nível e Regime (RMNR). Em jogo estava a forma de cálculo dessa rubrica.

O presidente do TST, Brito Pereira, deu o voto de desempate no processo e concordou com a tese defendida pelos representantes dos empregados. Ele se posicionou a favor da exclusão da base de cálculo da RMNR de pagamentos adicionais relacionados a regimes especiais de trabalho, como adicional noturno e periculosidade.

Com essa tese prevalecente, a Petrobras pode ser obrigada a ter de complementar uma quantia maior ao que atualmente tem repassado a seus empregados para que a RMNR fosse atingida.

A Petrobras e a Advocacia-Geral da União (AGU) haviam defendido a tese de que esses pagamentos de adicionais deveriam ser incluídos pela estatal na base de cálculo da RMNR. Essa é a prática que a estatal tem adotado desde o primeiro acordo coletivo assinado com a categoria. Ao todo, 12 ministros votaram nesse sentido.

A defesa da estatal, que contava nos bastidores com uma vitória no julgamento, já informou que deverá recorrer ao próprio tribunal a fim de tornar claro o resultado do julgamento, com embargos de declaração, e ao Supremo Tribunal Federal (STF), tentando reverter a decisão do TST no mérito, segundo uma fonte afirmou à Reuters durante a semana.

“Vamos aguardar a publicação do acórdão e avaliar as alternativas de recursos cabíveis dentro do tribunal ou no Supremo Tribunal Federal. A Petrobras está absolutamente confiante em reverter a decisão de hoje”, disse a gerente jurídica da Petrobras, Thaisa Maciel, em entrevista após o julgamento, ao destacar que a decisão não produz nenhum efeito econômico e financeiro para a estatal.

Em fato relevante divulgado após o julgamento, a Petrobras também afirmou que o julgamento não representa impacto financeiro e econômico imediato à companhia.

A própria empresa não fez qualquer tipo de provisionamento no balanço de eventuais perdas com a ação. Há um valor de 15,2 bilhões de reais classificado como perda possível referente a esse processo, isto é, com poucas chances de ter de pagar.

A tese vencedora foi apresentada, logo no início da votação, pelo relator do processo, ministro Alberto Bresciani.

“Os adicionais de origem constitucional e legal, destinados a remunerar o trabalho em condições especiais ou prejudiciais — adicionais de periculosidade e insalubridade, adicionais pelo trabalho noturno, de horas extras, repouso e alimentação e outros— não podem ser incluídos na base de cálculo”, afirmou.

Revisora da ação, a ministra Maria de Assis Calsing abriu, logo em seguida a Bresciani, divergência e concordou com a tese da Petrobras.

“Chega-se à convicção de que a categoria profissional tinha plena convicção e conhecimento da base de cálculo e de que nesses moldes foram celebrados os diversos acordos de trabalho”, destacou.

Para a advogada Flávia Rosa, da Advocacia Maciel, o TST estabelece “importante regra de conduta empresarial em relação pactuação de normas coletivas”.

“O TST, decidindo desfavoravelmente à Petrobras, considera preponderante o princípio constitucional da isonomia em acordos coletivos, determinando que os adicionais não podem ser incluídos na base de cálculo de complemento da RMNR, ou seja, os valores de adicionais, de periculosidade e insalubridade, por exemplo, devem ser excluídos do salário e a Petrobras terá de complementar o pagamento a seus empregados”, avaliou.

### **Petrobras: Derrota no TST não tem impactos financeiros imediatos**

22/06/2018 – Fonte: Isto É (publicado em 21-06-2018)

Em fato relevante divulgado nesta quinta-feira, 21, a Petrobras se posicionou sobre a derrota em processo julgado pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinou a revisão do cálculo do Complemento da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Segundo a companhia, não há impactos financeiros e econômicos imediatos para a companhia. A Petrobras diz ainda que “aguardará a publicação proferida hoje para

avaliar seu inteiro teor e tomar as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores”.

A Petrobras entende que a RMNR respeita as diferenças remuneratórias de cada regime e condição de trabalho, e respeita os adicionais previstos em lei e os acertados em acordo coletivo.

No comunicado, a estatal esclarece que a RMNR corresponde a valores remuneratórios mínimos, estabelecidos em tabelas específicas, tendo como parâmetros o nível da tabela salarial, o regime e condição de trabalho e a região geográfica de lotação.

Segundo a estatal, essa política remuneratória foi criada e implantada em 2007, mediante negociação coletiva com as representações sindicais e aprovada em assembleias pelos empregados, sendo questionada somente três anos após sua implementação.

“A disputa reside na inclusão ou não dos adicionais dos regimes e condições especiais de trabalho no cálculo do Complemento da RMNR”, completa a Petrobras.

### **Petrobras: ADR cai 0,21% no pré-mercado em NY no day after de derrota trabalhista**

22/06/2018 – Fonte: Isto É (publicado em 21-06-2018)

Com liquidez ainda baixa no pré-mercado, as ações da Petrobras negociadas na Bolsa de Nova York por meio de ADRs (American Depositary Receipts) recuavam 0,21% às 7h29 desta sexta-feira, 22, (no horário de Brasília).

Na quinta-feira, 21, a estatal sofreu uma derrota bilionária no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deu ganho de causa aos petroleiros que pedem novo método de cálculo para benefícios previstos em acordo coletivo firmado em 2007.

A mudança deve causar impacto de R\$ 15,2 bilhões pelos pagamentos passados e ainda adicionaria R\$ 2 bilhões anuais na folha de pagamento da empresa. A Petrobras afirma, porém, que não haverá desembolso até que sejam esgotados os recursos na Justiça.

### **BR Distribuidora tem processos no TST similares ao da Petrobras**

22/06/2018 – Fonte: G1

***Tribunal decidiu que estatal não pode incluir no cálculo de sua base salarial adicionais como trabalho noturno, periculosidade e horas extras, o que pode levar a estatal a desembolsar bilhões.***

A BR Distribuidora informou, nesta sexta-feira (22), que possui processos trabalhistas no Tribunal Superior do Trabalho (TST) com perfil similar ao da Petrobras, mas que aguarda a publicação da decisão para analisar a “aplicabilidade” à companhia.

Na véspera, o TST proferiu decisão desfavorável à Petrobras por ações trabalhistas que visam a revisão do critério de cálculo do Complemento da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) a funcionários.

O TST entendeu que a estatal não pode incluir no cálculo da base salarial da empresa adicionais como trabalho noturno, periculosidade e horas extras.

A decisão pode levar a empresa a desembolsar mais de R\$ 15 bilhões para complementar salários de trabalhadores ativos e aposentados, além de elevar a folha de pagamento em R\$ 2 bilhões por ano daqui para a frente.

### **'Perda provável'**

Segundo comunicado da BR, os processos correspondentes à distribuidora estão classificados como perda provável, possível e remota no formulário de referência 2018. No documento, divulgado no dia 30 de maio, consta um processo trabalhista movido por empregados em virtude da adoção pela companhia da RMNR no total de R\$ 106,4 milhões.

Há ainda outros processos trabalhistas, como um por créditos supostamente não honrados no montante de R\$ 299,1 milhões; outro de terceirização ilícita de R\$ 43,1 milhões, e um de R\$ 21,2 milhões referente a reajustes a planos econômicos, Bresser e Verão.

“Por fim, não há impactos financeiros e econômicos imediatos para a companhia”, reiterou a BR Distribuidora no texto.

### **Abiquim: exportações somam US\$ 862 milhões em maio, pior resultado desde 2008**

22/06/2018 – Fonte: Isto É

As exportações de produtos químicos somaram US\$ 862 milhões em maio, o pior resultado mensal desde a crise econômico-financeira internacional de 2008, informou nesta quinta-feira, 20, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim). Já as importações totalizaram US\$ 3,5 bilhões no mês, maior valor desde setembro de 2017.

Segundo a Abiquim, de janeiro a maio de 2018, o Brasil importou US\$ 15,6 bilhões e exportou US\$ 5,4 bilhões em produtos químicos, o que resultou em um déficit de US\$ 10,2 bilhões no período. Na comparação com os mesmos meses do ano passado, as importações cresceram 11,8%, enquanto houve retração de 2% das exportações.

A associação informa ainda que nos últimos doze meses (junho de 2017 a maio de 2018), o déficit da balança comercial de produtos químicos chega a US\$ 25,2 bilhões, um avanço de 7,7% ante o déficit total de 2017, de US\$ 23,4 bilhões.

Em nota a entidade ressalta que as perspectivas até o final do ano e para os próximos exercício são bastante ‘desencorajadoras’ no contexto da redução da alíquota do Reintegra de 2% para ínfimos 0,1% e da revogação do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), por meio da Medida Provisória 836, de 30 de maio de 2018. “A medida poderá gerar o fechamento de unidades, postos de trabalho e causar perdas que poderão chegar a R\$ 3 bilhões até 2021”, estima a Abiquim.

“Se considerada a situação de fragilidade do mercado interno e a necessidade imperiosa de exportação, a redução do Reintegra – definido pelo Governo como um benefício, quando, na verdade, é um mecanismo de ressarcimento tributário – não faz o menor sentido. Essa decisão coloca em risco a frágil retomada do crescimento econômico brasileiro e especialmente os empregos de qualidade gerados pelas empresas exportadoras de produtos de alto valor agregado e de elevado nível tecnológico, como é o caso da química”, destaca o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo na nota.

### **Setor industrial em MG encolhe 2,3% e PIB do estado cresce 0,3% no primeiro trimestre**

22/06/2018 – Fonte: EM.com (publicado em 21-06-2018)

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais ficou praticamente estagnado no primeiro trimestre deste ano, segundo dados divulgados nesta quinta-feira pela Fundação João Pinheiro, com leve crescimento de 0,3%, em relação ao último trimestre de 2017.

O número demonstra que houve desaceleração no processo de crescimento. No final do ano passado a taxa de crescimento medida foi de 0,8%. Os números de Minas estão, praticamente, os mesmos do país. De acordo com dados do IBGE, o PIB brasileiro ficou em 0,4% até março.



O setor industrial foi o que teve a maior retração, registrando encolhimento de 2,3% em relação ao trimestre anterior. Se a comparação for com os três primeiros meses de 2017, a desaceleração fica ainda maior, passando para 3,0%. A agropecuária apresentou crescimento de 0,6%, segundo o relatório. Continua depois da publicidade

A explicação, segundo a Fundação João Pinheiro, foi o "fraco desempenho da indústria de extração mineral (retração de 4,0% em comparação com o trimestre anterior e de 16,1% em relação ao 1º trimestre de 2017) e o resultado negativo do segmento de energia e saneamento (redução de 3,6% em relação ao trimestre anterior e de 16,4% na comparação com o 1º trimestre de 2017)". Ainda de acordo com a fundação, a indústria de extração mineral, da defesa civil e transformação apresentaram leve crescimento.

O setor serviços, que hoje responde por mais de 2/3 do PIB mineiro, também apresentou desaceleração no ritmo de crescimento durante o 1º trimestre de 2018, com oscilação positiva de 0,1%, na comparação com o trimestre anterior. Ainda assim, o setor apresentou crescimento de 2,3%, quando comparado com o desempenho verificado no 1º trimestre de 2017.

Apesar da desaceleração no índice de crescimento, a Fundação João Pinheiro fez uma análise positiva do cenário no estado. Apontando que, desde de 2016, é a segunda vez consecutiva que a variação do PIB é positiva.

"O resultado do PIB mineiro acumulado nos últimos 12 meses mostra que a tendência de recuperação econômica que vem se delineando no Estado desde 2016 não foi interrompida, a despeito de ter havido desaceleração no ritmo de crescimento", afirma o relatório apresentado hoje.

### **MDIC é primeiro órgão do Poder Executivo Federal a aderir à Rede Brasil do Pacto Global da ONU**

22/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 20-06-2018)



Adesão foi formalizada hoje em solenidade realizada em Brasília

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), assinou hoje a adesão do MDIC à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), tornando-se o primeiro órgão do Poder Executivo Federal signatário da iniciativa. A solenidade foi realizada no MDIC em Brasília, com a presença do secretário-executivo

do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), Carlo Pereira; da vice-presidente do CBPG, Cristiana Brito; da gerente de Parcerias do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) e da representante residente do PNUD no Brasil, Maristela Baioni.

O Pacto Global, criado por iniciativa da ONU em 2000, é a maior iniciativa na área de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 12 mil participantes e envolvendo quase 170 países, e desempenha função essencial de catalizador para desenvolvimento dos países e das suas sociedades. Fundada em 2003, a Rede Brasil do Pacto Global da ONU é a terceira maior rede local, com mais de 700 signatários.

“A adesão do Executivo Federal a essa iniciativa é relevante porque, além de confirmar o compromisso do Estado brasileiro com os valores que o pacto defende de promoção dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do combate à corrupção, essenciais para o crescimento sadio da economia brasileira, cria a oportunidade de maior interlocução com a sociedade, permitindo o aprendizado das melhores práticas e sua consideração na elaboração de políticas públicas que darão alcance nacional às melhores iniciativas”, disse o Ministro Marcos Jorge de Lima.

De acordo com o ministro, a sustentabilidade é um tema da maior relevância na agenda global e de grande preocupação para o MDIC e para o setor industrial brasileiro, pelo seu impacto direto na competitividade.

Para o secretário-executivo do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG), Carlo Pereira, adesão do MDIC é mais do que natural, já que o foco do pacto são empresas, e o MDIC trabalha diretamente com a indústria, as empresas e o comércio. Ele também destacou o fato do MDIC já ter um plano de trabalho para as ações que serão realizadas.

Segundo o ministro Marcos Jorge, a adesão ao Pacto Global reforça o trabalho que o MDIC realiza para a melhoria da competitividade da indústria brasileira, do comércio exterior e dos serviços.

O órgão tem atuado, também, na busca crescente da eficiência energética, da eficiência hídrica, e na logística reversa, num conceito de economia circular que reduz seu impacto na natureza sem comprometer o crescimento e o bem-estar da sociedade.

## **Marcos Jorge destaca medidas do governo para melhorar o ambiente de negócios no Brasil**

22/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 20-06-2018)



Ministro participou de evento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais. Pela manhã, ele também esteve em seminário sobre Fake News, organizado pela Abratel.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, destacou hoje, a uma plateia de empresários, as medidas que o governo vem adotando nos últimos dois anos para trazer dinamismo à economia brasileira. Ele participou, nesta quarta-feira, do 5º Fórum Nacional do CACB Mil, realizado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em Brasília.



Como explicou Marcos Jorge, o MDIC tem trabalhado em várias frentes para melhorar o ambiente de negócios no país. Uma delas é o aprimoramento do Portal Único de Comércio Exterior. "Já lançamos o módulo de exportações e, em breve, estará disponível o módulo de importações. São medidas importantes para reduzir a burocracia e simplificar o comércio", disse.

De acordo com dados apresentados pelo ministro, estima-se que a plena implantação do portal levará à redução dos prazos médios para exportar e importar em 40%. Estudo da FGV indica potencial de ganhos no PIB de até US\$ 23,8 bilhões por ano e crescimento anual da corrente de comércio superior a 6%.

Marcos Jorge citou ainda o ProVa, Laboratório de Inovação do Varejo lançado, em parceria com a ABDI, no começo do mês, em São Paulo. Segundo ele, trata-se de uma iniciativa inédita na América Latina, que vai apresentar tecnologias inovadoras para o mercado e promover atividades que ajudem a fomentar o varejo nacional.

"Essas medidas contribuem para a melhora da economia brasileira. Para se ter ideia do impacto positivo que elas geram, no ano passado, registramos saldo recorde de US\$ 67 bilhões na balança comercial. É fundamental que todos acreditem no nosso país. No MDIC, seguiremos trabalhando para o crescimento do Brasil", completou.

Também participaram do Fórum do CACB Mil o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg; a presidente do Sebrae, Heloísa Menezes; a secretária-executiva do MDIC, Yana Dumaresq, o secretário especial da Micro e Pequena Empresa, José Ricardo Freitas, e o secretário de Comércio e Serviços, Douglas Finardi; além de autoridades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do governo de Portugal.

### **Setor terciário**

Dados do IBGE mostram que a participação do setor terciário no Valor Adicionado ao PIB passou de 65,8% em 2003 para 73,2% em 2017. O comércio, ainda de acordo com o IBGE, é responsável por cerca de 17 milhões de empregos, o que representa 16% da força de trabalho no país.

### **Seminário sobre Fake News**

De manhã, o ministro esteve, ao lado do presidente Michel Temer, na abertura do seminário Impacto Social, Político e Econômico das Fake News, realizado pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel).

As Fake News, notícias falsas que circulam pela internet, têm ganhado relevância nos últimos anos devido à facilidade e velocidade com que os conteúdos são compartilhados em redes sociais.

Como lembrou o presidente Temer, a Constituição brasileira garante a liberdade de expressão, mas veda o anonimato. "Nossas regras ganharam peso em função das fake news. Precisamos fortalecer a liberdade de imprensa, que é gêmea siamesa da democracia, e combater as práticas de desinformação", disse.

Marcos Jorge entregou o Prêmio Abratel de Comunicação ao deputado federal André Figueiredo pelo trabalho prestado em prol da rádio no Brasil. Foram premiados ainda o presidente Michel Temer, os deputados Celso Russomano, Nilson Leitão e Ronaldo Nogueira e o presidente do Congresso Nacional, senador Eunício Oliveira.

Os ministros Luiz Fux (STF/TSE), Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e Sérgio Sá Leitão (Cultura) também participaram do evento da Abratel.

## **Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa promove oficina para discutir Política Nacional para o setor**

22/06/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 20-06-2018)



Reunião entre entidades sindicais, empresários e governo debateu temas sugeridos pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA)

A Política Nacional para Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (PNDMPE) está em fase de construção e compete ao Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços (MDIC), por meio da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe), elaborar seu conteúdo.

Por isso, nesta quarta-feira, representantes de entidades sindicais, empresários e governo estão reunidos na sede do MDIC, em Brasília, em uma oficina voltada ao debate de temas relacionados às micro e pequenas empresas.

O mediador do encontro foi o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Mauro Nogueira, também autor de um livro que traz uma análise precisa dos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil. De acordo com Nogueira, “é fundamental que se priorize a questão da produtividade das MPE na elaboração da Política Nacional, além de dar o devido destaque ao papel das pequenas empresas no processo de desenvolvimento econômico do país”.

A finalização do texto da Política Nacional está prevista para dezembro deste ano. O diretor de Apoio da Micro e Pequena Empresa da Sempe, Nizar Raad, explicou que, até lá, várias outras oficinas vão ser realizadas para o debate da PNDMPE.

“Na reunião desta quarta-feira priorizamos a discussão de temas sugeridos pelo IPEA, como produtividade, desenvolvimento empresarial, inovação e informalidade. Várias outras entidades, como a Confederação Nacional da Indústria, também estão nos ajudando na proposta, pois essa é uma política que deve ser debatida por segmentos de toda a sociedade”, finalizou.

## **Situação econômica do Brasil é diferente da Argentina e da Turquia, diz Guardia**

22/06/2018 – Fonte: Reuters

Com posição externa “extremamente confortável” e baixo déficit em transações com o exterior, a economia brasileira está numa situação “completamente diferente” da Argentina e da Turquia, que recentemente enfrentaram forte queda de suas moedas, disse nesta quinta-feira o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

“Ninguém está falando de crise cambial no Brasil”, disse Guardia a repórteres, horas após se reunir com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, em Washington, DC.

“A situação da economia brasileira é completamente diferente da Argentina e completamente diferente da Turquia.”

Segundo Guardia, o Brasil “não tem deficit em transação corrente, a Argentina tem, a Turquia tem”. “Nós temos reservas internacionais equivalentes a 20 por cento do PIB, então é uma situação completamente diferente”.

A queda do peso argentino em maio levou Buenos Aires a pedir um empréstimo ao FMI, aprovado na véspera no valor de 50 bilhões de dólares, com desembolso imediato de 15 bilhões de dólares. Metade deste valor será usado para financiar o orçamento. O Banco Central argentino elevou os juros e anunciou medidas para frear a desvalorização de sua moeda.

Já a lira turca tornou-se uma das moedas de pior desempenho entre mercados emergentes, levando o banco central do país a também subir juros para frear a alta do dólar.

Os mercados emergentes enfrentam uma reversão do cenário global, diante das perspectivas de normalização da política monetária dos Estados Unidos e da União Europeia, após uma década de estímulo com juros baixos e compra de títulos públicos para estimular a economia mundial.

Outro fator que pesa na visão de investidores é a batalha comercial travada entre Estados Unidos e a China.

Afirmado que a “situação externa do Brasil está absolutamente sob controle”, o Guardia disse que o estresse nos mercados de câmbio e juros “exigiu atuação coordenada do Banco Central e do Tesouro Nacional” para reduzir a volatilidade.

“Existe uma tendência, é importante dizer, de valorização do dólar... isso é um dado e quanto a isso não há Banco Central que possa se opor.”

Após cair em janeiro, o dólar subiu contra o real em todos os meses seguintes, levando o BC a fazer leilões de contratos de swap cambial, equivalentes à venda futura de dólar, e manter uma ação permanente no mercado leiloando o equivalente a 28,5 bilhões de dólares dos contratos, segundo dados da Reuters.

Ao mesmo tempo, o Tesouro Nacional vem fazendo leilões de compra e venda de títulos públicos de curto, médio e longo prazos para dar opções a investidores que querem se desfazer dos papéis ou adquirir notas como hedge contra inflação.

Como resultado, o dólar perdeu fôlego em junho. Depois de subir 6,16 por cento em abril e 6,66 por cento em maio, a moeda norte-americana terminou a sessão desta quinta-feira mantendo estabilidade neste mês, com pequena alta de 0,07 por cento.

### **Inflação está “contida, controlada e abaixo da meta” no ano, diz Guardia**

22/06/2018 – Fonte: Exame (publicado em 21-06-2018)

***Alta de 1,1% do IPCA-15 em junho reflete apenas um “choque temporário” nos preços, segundo o ministro da Fazenda***



A inflação no Brasil está “contida, controlada e abaixo da meta” neste ano, apesar da greve dos caminhoneiros e seu impacto nos índices de preços, disse nesta quinta-feira o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Guardia disse que o resultado do IPCA-15 divulgado nesta quinta-feira, que superou as expectativas de analistas com aumento de 1,1 por cento, maior alta para o mês em 23 anos, reflete um "choque temporário".

O repique dos preços foi causado pela greve dos caminhoneiros, que gerou desabastecimento de produtos no país, pressionando os preços para cima, segundo o ministro.

"Então esse é um choque temporário, a inflação em 12 meses acumulada até maio estava abaixo de três, (estava) 2,8 por cento. Ela vai subir acumulando agora a inflação de junho, mas a previsão de todos os analistas e a nossa olhando para a inflação do final do ano, a inflação deste ano é uma inflação que está contida, controlada e abaixo da meta", disse Guardia.

A meta de inflação para 2018 foi definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 4,5 por cento, podendo variar 1,5 por cento para mais ou para menos.

O ministro falou com jornalistas em Washington, DC, nos Estados Unidos, onde se encontrou com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Steven Mnuchin, antes de viajar a Nova York, onde falará com investidores.

### **'Brasil é pródigo em tabelamentos malsucedidos', diz professor da USP**

22/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

Criador do Sistema de Informações de Frete (Sifreca), que acompanha semanalmente o preço do transporte dos principais produtos agrícolas, o professor José Vicente Caixeta Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-Log), da Universidade de São Paulo, acha que a tabela com preços mínimos do frete não será cumprida. Outras medidas ao alcance do governo poderiam ser adotadas para reduzir o custo do serviço. Abaixo, os principais trechos da entrevista.

#### **A tabela com preços mínimos do frete vai funcionar?**

É muito simplista pensar num tabelamento, mesmo que seja em valores mínimos, que leve em consideração apenas a distância e os grandes tipos de carga. Há uma boa intenção, mas uma tabela assim não consegue trazer efetivamente o que se verifica no mercado, porque não considera outros fatores, como a condição da via, o frete de retorno, se é período de safra ou não, por exemplo. Acho improvável fazer uma tabela que leve em conta todas essas variáveis. Com certeza a tabela vigente não é suficiente. É uma tabela entre aspas.

#### **A tabela em vigor vai ser furada?**

Tenho praticamente certeza disso. Nossa história é pródiga em ilustrações de tabelamentos mal sucedidos. Essa é uma história universal, não acontece só aqui. Intervenção com preço mínimo para serviços não é salutar para a economia em qualquer lugar no mundo.

#### **Mas então, o que fazer?**

Talvez seja o caso de não se pensar tanto no valor do frete, mas atuar mais diretamente em cima de algumas dessas variáveis. Por exemplo, os preços dos combustíveis, o pedágio. E os tributos, já que alguns têm uma parcela significativa destinada à manutenção das rodovias. São variáveis importantes nas quais o agente público poderia ter uma atuação mais efetiva em termos de diminuição do frete.

**Os caminhoneiros insistem na tabela porque querem garantir uma remuneração mínima por seus serviços. Dizem que são explorados pelas transportadoras. É fato?**

Temos uma oferta bastante elevada de transporte rodoviário. Com o cenário macroeconômico complicado, é comum um desempregado usar seu Fundo de Garantia para comprar um caminhão e tentar puxar carga. E ele muitas vezes se sujeita a valores aviltantes pagos por embarcadores e transportadores. É legítima essa preocupação com a não exploração. Mas uma tabela com preços mínimos não vai resolver esse problema.

### **No entanto, o governo adotou essa medida.**

Esse é um segmento que efetivamente consegue parar o País. Eles têm uma organização meio difusa, não têm uma liderança consolidada, mas a gente viu que eles conseguem. Outro aspecto é que estamos num momento político delicado e no período eleitoral. É o momento de se fazer os pleitos e se conseguir as coisas.

### **Isso é empurrar o problema com a barriga, não?**

Os gargalos do transporte precisam se tratados com políticas de longo, médio e curto prazos. E, dada a proximidade do encerramento desse governo, as medidas são de curto prazo. A continuidade, a visão de Estado, é algo que precisa ser mais evidenciado por todos os participantes de qualquer mesa de negociação.

## **Com alta no frete, fertilizante está parado em portos**

22/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

O tabelamento do frete está atrasando a entrega de fertilizantes para produtores rurais e o setor já prevê menor rentabilidade com a alta nos preços do produto. Como menos caminhões estão indo até os portos, o insumo importado que seria a carga na viagem de volta está parado nos navios. Segundo levantamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), dos 60 navios parados nos portos brasileiros, 35 estão com fertilizantes.

O diretor executivo da Associação dos Misturadores de Adubo do Brasil (AMA Brasil), Carlos Eduardo Florence, calcula que 60% das entregas previstas para este período do ano estão represadas – a maior parte do fertilizante consumido no País é importada. “Não há mais capacidade de armazenagem de fertilizantes nos portos. O volume que sai é insignificante. Com isso, vários navios estão parados e carregados de adubos”, afirmou. “E ainda tem muito navio com fertilizante vindo para o Brasil.”

De acordo com a agência marítima Williams Brazil, de 1.º de junho até o dia 18, a quantidade de adubo prevista para ser descarregada nos portos brasileiros chegava a 5,143 milhões de toneladas – 36% para Paranaguá (PR), 22%, para Santos (SP) e 12,3% para Rio Grande (RS).

Segundo Florence, além de não estarem faturando com o insumo que deveria ser entregue, as empresas de defensivos estão arcando com prejuízos decorrentes da multa diária paga quando o embarque demora mais que o combinado.

### **Custo**

No norte do Paraná, a demora na entrega de fertilizantes preocupa os produtores, já que o plantio da soja da safra 2018/2019 começa em outubro. Além desse atraso, a perspectiva é de que, mantido o atual patamar de valores do transporte, o preço dos insumos suba mais.

O gerente de logística da cooperativa Integrada, Celso Otani, diz que o frete para fertilizantes, que era de R\$ 75 a tonelada antes do tabelamento, está entre R\$ 100 e R\$ 105 a tonelada. Ele explica que, em geral, o custo para transporte do insumo leva em consideração o fato de que ele é levado por caminhões que descarregaram grãos no porto e, para não voltar vazios, são carregados com adubo. A nova tabela de frete retirou essa vantagem, diz Otani.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, confirmou essa situação. "Os fertilizantes eram frete de retorno, mas agora viraram frete principal e tabelado", afirmou o ministro.

A cooperativa do norte do Paraná recebeu até agora 40% do volume que precisará de fertilizante para atender os cooperados de setembro e outubro, quando o ideal seria já contar com 50% do total. Segundo Otani, novos pedidos de adubo, que custam, em média, R\$ 1.400 por tonelada, já estão sendo feitos com preços reajustados. Os custos da cooperativa com o transporte de grãos até o porto já aumentaram 20%.

### **Para retomar transporte de carga, empresas ignoram tabela de frete**

22/06/2018 – Fonte: Tribuna PR

A tabela que fixa um preço mínimo para o frete rodoviário, anunciada pelo governo no fim de maio, está sendo descumprida. Com a indefinição em torno do tabelamento, as empresas têm transportado suas cargas a preços de mercado, mesmo correndo o risco de serem punidas.

Em caso de descumprimento, o caminhoneiro pode entrar na Justiça e pedir uma indenização equivalente ao dobro da diferença entre o preço da tabela e o que foi efetivamente pago. Os motoristas, no entanto, aceitam o valor mais baixo para não ficar sem trabalho.

"A efetividade da tabela é bem menor do que se poderia esperar", afirma a técnica da área de Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Elisângela Lopes. "Não há ambiente para o cumprimento dela." A tabela de frete consta de uma resolução editada no dia 30 de maio pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como parte do acordo que pôs fim à greve dos caminhoneiros. Após pressão das empresas, o governo editou outra resolução, que revogou a anterior e substituiu as tabelas.

Diante da revolta dos caminhoneiros, o governo recuou novamente e revogou a segunda tabela. No entendimento geral, o que está em vigor é a primeira resolução, a do dia 30 de maio. Mas há quem considere essa conclusão pelo menos discutível. Também há um entendimento de que os contratos firmados antes dessa data não precisam seguir o tabelamento.

No momento, o setor produtivo aguarda o desfecho da discussão sobre a constitucionalidade da tabela no Supremo Tribunal Federal (STF). Mas já há no mercado quem busque alternativas para discutir juridicamente a eventual aplicação de penalidade por descumprimento da tabela.

As empresas poderão argumentar que a tabela é inaplicável. No caso dos grãos, por exemplo, ela dá o preço para o transporte do produto num caminhão de cinco eixos. Mas o usual para esse tipo de carga são veículos com sete ou nove eixos. Para esses, a tabela não traz preços.

Segundo Elisângela, da CNA, a tabela vem sendo aplicada em cargas perecíveis que percorrem curtas distâncias. Mas à medida que a quilometragem aumenta, a tabela vai tornando o transporte inviável. Se o produto pode ser armazenado, isso passa a ser uma opção temporária para a empresa. Dependendo de onde estão, os produtores de soja e milho preferem guardar a produção.

A parcela da produção que vem sendo escoada é a que está perto dos portos. No Centro-Oeste, os grãos que não precisam viajar muito para chegar à Ferrovia Norte-Sul estão embarcando.

"Muitas empresas estão seguindo o tabelamento, mas outras não", admite o representante dos caminhoneiros autônomos Wallace Landim, o "Chorão". Na sua

opinião, a ANTT precisa atuar para garantir o cumprimento da lei. “Algumas pessoas estão aceitando preço abaixo da tabela porque têm família, precisam trabalhar.”

Responsável pela ação direta de inconstitucionalidade que discute, no Supremo Tribunal Federal (STF) a MP 832, o advogado Moacyr Francisco Ramos, que representa a Associação do Transporte Rodoviário do Brasil (ATR), diz que o serviço de transporte tem sido feito “com limitação”.

### **Brasil seguirá dependente de caminhões por pelo menos 20 anos, diz FDC**

22/06/2018 – Fonte: Exame (publicado em 21-06-2018)

***A instituição estima que o custo total do país com transporte tenha atingido R\$ 166 bilhões em 2015, com 70% desse montante consumido nas rodovias***



Caminhoneiros: como crise recente com greve da categoria expôs, Brasil precisa investimentos de longo prazo em ferrovias e hidrovias (Adriano Machado/Reuters)

A matriz brasileira de transporte não deverá passar por significativa alteração nos próximos 20 anos mesmo que o governo federal consiga implementar todos os projetos já em andamento – como duplicações de rodovias e subconcessão de ferrovias como a Norte-Sul – e mantenha o estoque atual em infraestrutura.

A constatação é da Fundação Dom Cabral (FDC), que lança nesta quinta-feira, 21, a Plataforma de Infraestrutura em Logística de Transportes (PILT), construída com base em dados públicos, de órgãos governamentais e de empresas parceiras, como Arteris, Grupo CCR e EcoRodovias.

O diagnóstico da FDC mostra ainda que, com o portfólio atual de projetos federais e se nada mais for proposto, o Brasil continuará dependente das rodovias e com um custo extremamente alto nesse modal até 2035.

A instituição estima que o custo total do País com transporte tenha atingido R\$ 166 bilhões em 2015 (ano usado como base para os cenários), com 70% desse montante consumido nas rodovias. Em 2035, esse custo subirá para R\$ 233,3 bilhões, ao passo que a participação das rodovias nos custos se manterá praticamente igual, em 68%.

Caso os principais projetos federais nos setores de rodovias, portos, hidrovias e ferrovias saiam do papel até 2025 e nada mais seja feito até 2035, o custo logístico dos embarcadores de carga subirá quase R\$ 130 bilhões.

“E esse custo vai para algum lugar. Ou cai a margem das empresas, ou é repassado ao consumidor final”, afirma Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Logística, Infraestrutura e Supply Chain da FDC.

Como a crise recente com a greve dos caminhoneiros expôs, o Brasil precisa investimentos de longo prazo em ferrovias e hidrovias, as mais apropriadas para transportar determinados tipos de cargas por longas distâncias, defende a FDC.

Pelas contas da fundação, se 10% da carga transportada em rodovias (medidas em toneladas por quilômetro útil, TKU) for transferida para as ferrovias, haveria uma economia de custo de 2,4%, equivalente a R\$ 4,85 bilhões em 2025 e R\$ 5,6 bilhões em 2035. Se as hidrovias assumirem aquele papel, a economia de custo é maior ainda, de 4,5%, correspondendo a R\$ 8,92 bilhões em 2025 e R\$ 10,3 bilhões em 2035.

Porém, a FDC frisa que, no curto prazo, o planejamento público para o setor não pode deixar de lado as rodovias. "A concentração de fluxos de cargas não permite, de forma nenhuma, que o Brasil tome a decisão brusca de, de repente, partir para a ferrovia e a hidrovia e esquecer das rodovias para transporte de longa distância", pontua Resende.

O especialista defende que o poder público tenha uma visão "estratégica, e não passional" sobre o modal rodoviário. "Ao planejarmos o curto prazo, não podemos romper o sistema rodoviário. Se rompermos, imediatamente teremos graves problemas, como vimos recentemente", acrescenta.

## **Trump ameaça impor tarifas de 20% sobre veículos da União Europeia**

22/06/2018 – Fonte: G1

***'Fabriquem eles aqui!', disse o presidente dos EUA em sua conta no Twitter, em meio a temores sobre guerra comercial.***

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou nesta sexta-feira (22) impor sobretaxas de 20% sobre exportações de veículos da União Europeia, um mês depois que seu governo iniciou análise sobre se as importações de veículos europeus representam uma ameaça à segurança nacional.

"Se estas tarifas e barreiras não forem quebradas e removidas, vamos colocar uma tarifa de 20% sobre todos os carros deles que vierem aos EUA. Fabriquem eles aqui!", escreveu Trump em sua conta no Twitter.

O Departamento de Comércio dos EUA quer concluir a análise sobre as importações de veículos e autopeças até o final de julho ou agosto, afirmou na quinta-feira o secretário de Comércio, Wilbur Ross.

### ***Guerra comercial***

A União Europeia vai começar a cobrar tarifas de importação de 25% sobre uma série de produtos norte-americanos nesta sexta. A medida é uma retaliação aos Estados Unidos, que impuseram sobretaxas para aço e alumínio do bloco no início de junho.

A comissão adotou formalmente a medida que estabelece as tarifas sobre 2,8 bilhões de euros (US\$ 3,2 bilhões) em mercadorias dos EUA, incluindo uísque bourbon, motocicletas, milho doce e suco de laranja.

"Nossa resposta é comedida, proporcional e totalmente de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC)", afirmou em um comunicado divulgado na quarta-feira (20) a comissária europeia do Comércio, Cecilia Malmström. "Se os Estados Unidos eliminarem suas tarifas, as nossas medidas também serão eliminadas", completou.

"Não queríamos estar nesta posição. No entanto, a decisão unilateral e injustificada dos Estados Unidos de impor tarifas no aço e alumínio europeu significa que não temos outra opção", justificou, na ocasião.

A tensão comercial entre os países esquentou a partir de março, quando o presidente americano Donald Trump anunciou a imposição de tarifas do aço importado de diversos



países pelos Estados Unidos. Trump também tomou outras medidas contra produtos importados, como a imposição de taxas sobre produtos chineses alegando roubo à propriedade intelectual.

## **ZF e Mobileye trabalharão juntas em nova geração de câmeras**

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 20-06-2018)



### **Empresas vão desenvolver tecnologia para condução semiautônoma**

A **ZF** e a **Mobileye** anunciaram colaboração no desenvolvimento de uma nova família de câmeras avançadas para veículos, a S-Cam4 2018. A tecnologia vai atender aos novos protocolos de segurança do Euro NCAP que, para dar cinco estrelas, exige que os carros sejam equipados com sistema de frenagem automática ativado pela presença de pedestres. O recurso é essencial para carros com condução semiautônoma.

A nova família de câmeras inclui também a TriCam4, que traz lentes teleobjetiva e olho de peixe que permitem funções aprimoradas em curtas e longas distâncias e campo de visão mais amplo. O desenvolvimento da tecnologia não é o primeiro projeto que conta com a cooperação das duas empresas.

Enquanto a ZF é uma das principais fornecedoras da indústria automotiva no mundo, a Mobileye ganha espaço no mercado como desenvolvedora de sensores e câmeras de alta tecnologia, itens que serão essenciais para tornar viável os carros autônomos. A startup israelense tem acordos de colaboração com todas as grandes montadoras do mundo. No ano passado, 80% de seu controle acionário foi comprado pela Intel.

## **Audi e Hyundai vão desenvolver célula de combustível para elétricos**

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 20-06-2018)

**As duas fabricantes vão trocar patentes para acelerar projeto e reduzir custos**  
**Audi e Hyundai** selaram um acordo de cooperação para o **desenvolvimento de células de combustível** – tecnologia de geração de energia a partir do hidrogênio e ar aplicada a veículos elétricos, que emite apenas vapor d'água no processo. O objetivo da aliança é trocar patentes para acelerar o lançamento de carros elétricos com gerador eletroquímico a hidrogênio e reduzir os custos, que até hoje inviabilizaram a adoção da solução em escala comercial.

O contrato de cooperação entre as empresas deverá passar pela análise e aprovação das autoridades regulatórias. Mas a intenção é levar a célula de combustível à maturidade de produção em série de forma mais rápida e eficiente, para viabilizar o lançamento comercial de modelos FCEV (Fuel Cell Electric Vehicle) a partir da próxima década.

A vantagem é a autonomia: com um tanque de hidrogênio e o gerador eletroquímico, um carro elétrico com essa tecnologia pode rodar distâncias de até 600 km, igual ou superior aos automóveis que usam motor a combustão. Até agora, contudo, nenhum fabricante conseguiu viabilizar os custos de produção.

“Para o avanço dessa tecnologia sustentável de célula a combustível, a cooperação é a maneira inteligente de liderar inovações com estruturas de custos atraentes”, afirma Peter Mertens, membro do conselho de desenvolvimento técnico da Audi AG.

“Estamos confiantes que nossa parceria com a Audi demonstrará com sucesso a visão e os benefícios dos FCEVs para a sociedade global”, diz Euisun Chung, vice-presidente da Hyundai Motor Company.

Desde o início desta década a fabricante coreana investe no desenvolvimento de veículos elétricos com células de combustível e já lançou uma versão do SUV ix35 equipado com a tecnologia. “Este acordo é outro exemplo do forte compromisso da Hyundai em criar um futuro mais sustentável com veículos movidos a hidrogênio, o caminho mais rápido para um mundo com emissões realmente zero.”

Longas distâncias e tempos curtos de reabastecimento tornam o hidrogênio uma fonte muito atraente de energia para a mobilidade elétrica, especialmente para equipar automóveis maiores e mais pesados com powertrain elétrico. Além de mais avanços na tecnologia, os principais aspectos para o seu sucesso no mercado futuro incluem a produção regenerativa de hidrogênio e o estabelecimento de infraestrutura de abastecimento suficiente.

Dentro do Grupo Volkswagen, a Audi AG assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento de geradores eletroquímicos a hidrogênio e atualmente trabalha em sua sexta geração. O Centro de Competência de Células a Combustível do Grupo está localizado na planta de Neckarsulm.

A Audi trabalha com conceitos de célula a combustível há quase 20 anos. O primeiro veículo de teste foi o compacto A2H2, em 2004, seguido pelo Q5 HFC, em 2008. O A7 Sportback h-tron quattro de 2014 introduziu o sufixo “h-tron” para representar o elemento hidrogênio. O conceito h-tron quattro mais recente foi apresentado em 2016.

No início da próxima década, a Audi tem planos de apresentar seu primeiro FCEV com produção em série reduzida. Será um SUV que combinará o conforto do segmento de carros de grande porte com autonomia de longo alcance. O contrato de licença com a Hyundai já está focado no próximo estágio de desenvolvimento destinado a uma oferta de mercado mais ampla.

### **Nissan eleva uso de aço ultrarresistente em seus carros**

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 20-06-2018)



**Novo Infiniti QX50 já usa 27% de aço ultrarresistente em sua carroceria  
Metal é mais fino e leve, tem alta resistência, é deformável e pode ser prensado a frio**

A **Nissan** está investindo no aumento do uso de **aço ultrarresistente** na construção de seus carros, como forma de reduzir peso e, conseqüentemente, emissões. E no caso, sem elevar demais os custos de produção, porque o tipo de metal utilizado, embora tenha alta resistência à tração, pode ser estampado (prensado) a frio.

A fabricante japonesa de veículos é a primeira no mundo a usar o chamado “aço de alta formabilidade”, com resistência à tração de 980 megapascals, mas que não perde a capacidade de se deformar para absorver a energia de colisões e proteger os ocupantes.

O material foi desenvolvido em conjunto pela Nissan, Nippon Steel e Sumitomo Metal. A produção do metal ultrarresistente é resultado da combinação de estampagem e

força de prensagem, que possibilita a formação de peças com formas complexas mais finas e leves do que as feitas de aço convencional de alta resistência.

A Nissan já aplica o novo insumo da produção do utilitário esportivo QX50, de sua marca de luxo Infiniti. O modelo começou a ser vendido nos Estados Unidos em março passado e tem 27% de sua carroceria emoldurada com o novo aço ultrarresistente, aplicado em partes da dianteira e traseira.

O SUV é o primeiro veículo do mundo a usar partes de aço resistentes à tração de 980 megapascal. Mas a Nissan informa que planeja expandir o uso do material para a média de 25% das peças de seus veículos, como forma de aumentar a eficiência energética e o desempenho pela via da redução de peso. A montadora lançou neste mês um plano de sustentabilidade que prevê a redução das emissões de CO<sup>2</sup> de seus novos veículos em 40% até 2022, comparado ao ano fiscal 2000.

### **Volkswagen entrega gestão regional a suas marcas**

22/06/2018 – Fonte: Reuters

A Volkswagen anunciou nesta sexta-feira a entrega da responsabilidade pela gestão regional a suas diferentes marcas, como parte de uma estratégia para reestruturar suas operações e descentralizar decisões do grupo.

O presidente-executivo, Herbert Diess, que assumiu a companhia em abril, iniciou uma reformulação da estrutura corporativa do grupo automotivo alemão para dar agilidade à companhia e melhorar a performance de suas marcas.

“Estamos entregando responsabilidade para muitos ombros, estamos tornando a Volkswagen mais ágil, simples e mais eficiente”, disse Diess em comunicado.

A marca central Volkswagen vai assumir responsabilidade pelas operações nas Américas do Norte e do Sul e região subsaariana, enquanto a Audi vai administrar Oriente Médio e Ásia.

A Seat ficará com a gestão sobre o norte da África e a Skoda com Rússia e Índia. A China continuará sob gestão central do grupo.

### **GM decide produzir utilitário Blazer no México**

22/06/2018 – Fonte: Reuters

A General Motors decidiu prosseguir com o plano de produzir a nova versão do utilitário Blazer no México, afirmou um porta-voz da companhia, apesar das críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a produção de veículos no exterior.

Trump tem pressionado as montadoras de veículos para fabricarem mais modelos nos EUA, em meio a negociações do país para reformulação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

“Continuamos comprometidos em trabalhar com o governo sobre a modernização do Nafta”, afirmou Pat Morrissey, porta-voz da GM, acrescentando que a decisão foi tomada anos atrás.

Trump criticou anteriormente a GM por produzir no México veículos voltados para vendas nos EUA.

A central sindical United Auto Workers chamou a decisão da GM de decepcionante. "Isso acontece enquanto os funcionários da GM filiados ao UAW estão sendo demitidos e desempregados", afirmou a entidade.

## **Audi A1 renovado passa a usar plataforma MQB**

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business



**Comprimento total do A1 aumentou 5,6 cm, ampliando o espaço para passageiros e bagagem**

**Agora montado sobre a mesma base do Volkswagen Polo, hatch compacto ficou mais espaçoso**

A **Audi** começa a produzir a segunda geração do **A1** Sportback, seu hatch pequeno. O novo carro foi revelado na Alemanha e estará à venda no mercado europeu em outubro. Agora fabricado sobre a plataforma modular MQB, a mesma do Volkswagen Polo (e de tantos outros modelos do grupo), ele ficou 5,6 centímetros maior e tem agora 4,03 metros.

De acordo com a fabricante, o novo A1 tem bom espaço para as pernas de quem viaja no banco traseiro porque a distância entre eixos passou para 2,56 metros, quase 10 cm a mais. O porta-malas aumentou 65 litros e tem agora 335 l.

Na versão S line das fotos, a Audi enfatizou o apelo esportivo com entradas de ar maiores, uma fenda central alongada abaixo do capô, aerofólio traseiro maior, saída dupla de escape e interior com detalhes da cor da carroceria. O motor terá 200 cavalos, enquanto as versões de entrada produzem apenas 95 cv.

A central multimídia MMI com tela sensível ao toque vem de modelos maiores e traz Apple CarPlay e Android Auto. A iluminação interna por LEDs do A1 permite a troca de cor do ambiente.

Os sistemas de assistência ao motorista também vêm de modelos maiores. São capazes de manter o A1 a uma distância predeterminada do carro à frente, ajudam a manter o carro na pista e auxiliam o motorista na hora de estacionar.



**Versão S line do A1 tem saída dupla de escape, aerofólio traseiro maior e detalhes internos da cor do carro**

O aviso de saída de faixa ajuda o motorista a manter o carro na pista em velocidades a partir de 65 km/h.

Outro recurso é o Audi Pre sense dianteiro. O sensor por radar reconhece situações críticas envolvendo outros veículos, pedestres ou ciclistas à frente do veículo. O sistema então dá um sinal acústico e visual para avisar o motorista. O assistente de velocidade adaptativa, que também tem um radar como base, mantém a distância desejada do veículo à frente.

A Audi ainda não definiu a vinda do novo A1 ao Brasil. Em condições favoráveis de mercado, é possível que chegue no fim de 2019.

## Daimler revisa perspectivas e projeta lucro menor em 2018

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business



### Aumento de tarifas entre EUA e China e recall na Europa afetarão o desempenho

Após revisar suas perspectivas para o ano, o Grupo **Daimler** espera para 2018 um **lucro menor** que o previsto anteriormente principalmente devido ao conflito comercial entre Estados Unidos e a China gerado pelo aumento das tarifas de importação para veículos norte-americanos no **mercado chinês, além do** recall de mais de 774 mil veículos a diesel, entre automóveis e vans, vendidos na Europa.

Em comunicado, a empresa afirma que o lucro antes de impostos, juros e amortizações (Ebit) da divisão de automóveis ficará "ligeiramente abaixo" do resultado do ano passado, que foi de € 14,7 bilhões. Ainda em nota, a Daimler ressalta que a China é um mercado "muito importante" para a empresa, que tem fábricas nos Estados Unidos que produzem tanto para o mercado interno, mas também para exportações para a China e outros países.

"Esta redução na venda de veículos para a China não poderá ser compensada totalmente com a distribuição desses veículos para outros mercados", afirma a nota.

Na Mercedes-Benz Cars, é prevista uma venda menor de SUVs e demais veículos do que o projetado anteriormente, além de custos acima do com o aumento das tarifas entre EUA e China e que, segundo o grupo, não serão completamente repassados para os clientes (preço final).

O desempenho financeiro da divisão de vans será especialmente afetado pelo recall dos modelos Vito na Europa, embora a empresa não detalhe o tamanho do impacto no ganhos. Contudo, analistas apontam que o custo total do recall pode representar algo em torno de € 100 milhões.

Além disso, a companhia também espera que os ganhos da Daimler Buses, divisão fabricante de ônibus, inclusive os Mercedes-Benz, também serão negativamente afetados pela queda na demanda na América Latina, com volumes abaixo do apurado em 2017.

## Mercedes-Benz vê crescimento de 15% nas vendas de vans e chassi-cabine

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business



### Montadora quer manter a liderança no segmento de semileves

O mercado de **veículos semileves**, que abrange de 3,5 a 5 toneladas de PBT, como os caminhões chassi-cabine, furgões e vans de passageiros, deve crescer no mínimo 15% em 2018 na comparação com o volume total feito no ano passado, que foi de pouco mais de 17,2 mil unidades.

A projeção é da **Mercedes-Benz**, que atua no segmento com o modelo Sprinter, disponível nas três opções, e com a van Vito, com as quais a empresa quer continuar na briga para manter a liderança: em 2017, a marca computou participação de 36,7% neste mercado.

Segundo o diretor de vendas e marketing de vans Mercedes-Benz, Jefferson Ferrarez, de janeiro a maio, a marca computou um aumento de 16% das vendas sobre igual período do ano passado, com 2,7 mil unidades, acima dos 9% que o mercado total fez no mesmo período, com o emplacamento de 7,5 mil veículos.

O volume lhe garante uma fatia de 36%, dois pontos porcentuais acima do verificado há um ano.

“Isso nos traz mais confiança para continuar a brigar pela liderança”, comemora Ferrarez.

“O segmento deve ter um crescimento de pelo menos 15% este ano. A demanda está maior, percebemos um volume maior de consultas nas concessionárias e até agora, só não entregamos mais por falta de produto e acredito que essa não é uma situação exclusiva da Mercedes-Benz, mas de todo o mercado que atua nesse segmento”, revela.

O executivo confirma que há uma fila de espera para este tipo de produto, que está cada vez mais customizado de acordo com a necessidade do cliente. Outros fatores como o envelhecimento da frota circulante está fazendo com que frotistas maiores procurem atualizar seus ativos.

“Exceto pelos últimos dois anos, que tivemos queda no mercado, havia uma média de 35 a 40 mil semileves por ano e que já estão no momento de trocar”, analisa.

Em seu planejamento, Ferrarez aponta os mesmos 15% de crescimento para cada um dos três subsegmentos neste ano. Por enquanto, as vendas da marca estão em alta de 1% para vans (com 1,1 mil unidades e 55,4% de participação), 10% em chassi-cabine (1,8 mil e 19,9% de market share) e de 37% para furgão (3,6 mil unidades e fatia de 33,3%).

### NOVIDADES À FRENTE

Surpresa com o sucesso da edição limitada Sprinter 20 anos, com apenas vinte unidades para venda, a marca decidiu dar mais atenção aos clientes fãs da marca.

“Percebemos, por meio dos concessionários, que este é um público que preza pela marca e pelo que ela representa, assim como ocorre com automóveis, também existe com caminhões e vans.”

Para isso, a empresa recebeu o aval da matriz para a produção de uma nova edição limitada denominada Golden Edition, com itens diferenciados aos que já são oferecidos normalmente “para dar a oportunidade aos clientes que querem essa exclusividade”, garante Ferrarez. Previsto para chegar ao mercado no segundo semestre, ainda não há definição sobre quantidade e preço do veículo.

## **FOCO NO CLIENTE**

Com uma rede exclusiva ao modelo Sprinter lançada em 2012, a empresa evoluiu e agora contabiliza sete unidades ao negócio, sendo uma em São Paulo, duas em Curitiba (SP), três no Rio de Janeiro e duas em Belo Horizonte (MG).

Além delas, outros 35 centros especializados, sendo quatro em São Paulo (maior mercado da marca para o segmento), montados em concessionárias com equipes exclusivas dedicadas ao atendimento.

“Este é um dos pilares da nossa estratégia de ter o diferencial e trazer para o cliente algo a mais além do produto em si”, afirma Ferrarez se referindo aos serviços oferecidos no pós-venda.

A marca adotou uma política para trabalhar com clientes do varejo e para isso montou uma equipe dedicada para tratar com os clientes maiores, como frotistas. Um dos braços dessa equipe cuida especificamente da área de implementação.

O executivo explica que engenheiros da montadora trabalham juntos a diversos implementadores para desenvolverem soluções que atendam de forma específica as aplicações de clientes dos modelos Sprinter.

“Os implementadores – que são muitos – possuem na sua maioria produtos padrões que servem a todos as marcas atuantes no mercado. Com isso, por diversas vezes, são necessários alguns tipos de adaptações.

Então temos trabalhado junto a eles para o desenvolvimento de um implemento, mesmo um baú, que aparenta ser a aplicação mais simples, mas na medida e com a especificação ideal para as características das várias opções Sprinter.”

Ferrarez acrescenta que essa iniciativa gerou um programa de certificação pela montadora para as implementadoras e que elas estão aptas a atender todas as necessidades e requisitos necessários para completar um modelo Sprinter.

Na área de serviços, considerada crucial pelo executivo – pois é a que mantém ou afasta o cliente – a empresa está lançando a revisão com preço fixo, que mostra ao cliente o quanto ele gastará exatamente na primeira, segunda e terceira revisão. “Era uma facilidade que faltava no portfólio: para se ter uma ideia, na primeira revisão, o cliente sabe que vai desembolsar R\$ 890,00. Para o segmento, é um preço bem competitivo”, destaca.

Além disso, a marca oferece o novo contrato de manutenção Service Care, mesma nomenclatura utilizada para os contratos de manutenção de automóveis da marca, disponível em dois planos: o básico, que abrange troca de óleo, filtros e manutenções preventivas e que pode ser contratado pelo período de um a cinco anos. O segundo é o pacote completo, com formato flexível e modular, que pode ser adequado conforme a necessidade do cliente.

22/06/2018 – Fonte: Automotive Business

### Segundo consultoria, China lidera movimento que fará modelos elétricos e híbridos ganharem mais espaço

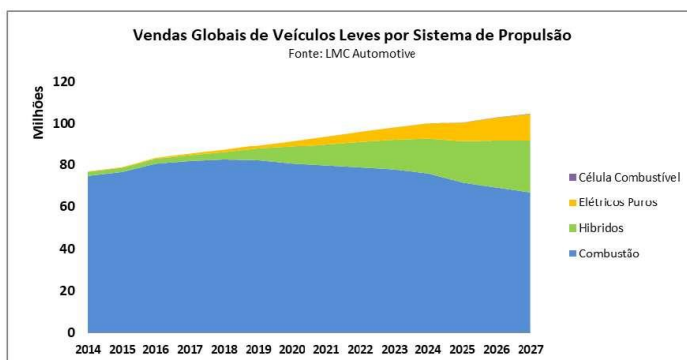
A **eletrificação dos sistemas de propulsão dos veículos leves** é um fato incontestável, que pode ser verificado pela rápida aceleração das vendas desses modelos nos próximos anos.

O movimento ocorre em diversos países, mas a China lidera o movimento pela sua opção de incentivar o aumento de elétricos em sua frota. Segundo estudos da consultoria inglesa LMC Automotive, a partir de 2019 os volumes negociados de carros com motorização puramente a combustão começam a declinar.

A partir de então os automóveis eletrificados (híbridos, elétricos puros a bateria ou a célula de combustível) apresentam crescimento constante (*veja gráfico abaixo*).

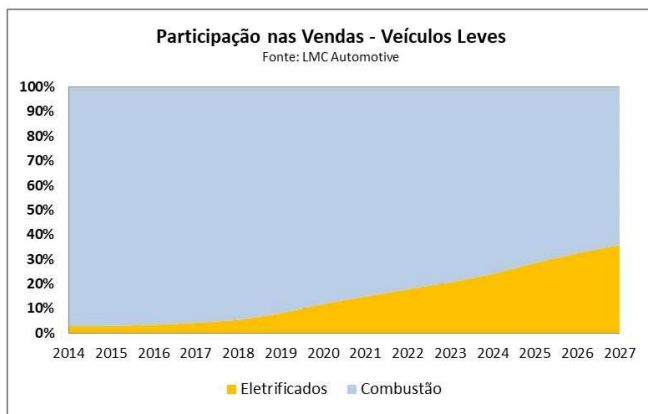


Pela ordem, híbridos fechados ou recarregáveis (HEV e HPEV) e elétricos com baterias (BEV) vão liderar as vendas de veículos eletrificados leves, que segundo cálculos da LMC deverão atingir cerca de 30 milhões de unidades no horizonte de 10 anos, em 2027. Já a tecnologia de células de combustível (FCEV com gerador eletroquímico a hidrogênio) deverá ter participação apenas marginal entre os eletrificados, com tendência de elevação dos volumes em uma visão de 20 a 30 anos.

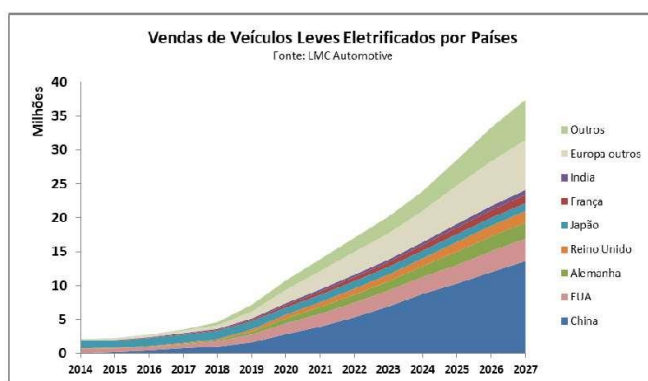


No mesmo intervalo de projeção do estudo, os modelos que usam só motor a combustão ainda representarão algo como 60 milhões de unidades vendidas em 2027, ou 60% das compras de automóveis em todo o mundo (*veja gráfico abaixo*). Mas a participação geral de todos os tipos de veículos eletrificados começa a subir consistentemente a partir de 2019, devendo superar os 30% do total em 2027.





Quando se analisa o recorte de vendas de modelos eletrificados por país ou região (veja gráfico abaixo), a liderança da China é incontestável, com praticamente 30% das compras globais em 2027, mas segundo estima a LMC haverá crescimento da participação de híbridos e elétricos em, quase todos os principais mercados de veículos do mundo.



## POLÍTICAS INCENTIVAM ELETRIFICAÇÃO

De modo geral, a tendência de aumento das vendas de veículos eletrificados é mais premente nos países que aplicam estratégias e políticas bem definidas para a eletrificação dos sistemas de propulsão. A China é o maior exemplo: no maior mercado de veículos do mundo foi introduzida a política regulatória denominada NEV (New Energy Vehicle), que promove no longo prazo a maior adoção de carros eletrificados e o desenvolvimento de tecnologias por meio de uma combinação de incentivos, na forma de créditos, atendimento de metas de níveis de emissões, busca de maior autonomia das baterias e objetivos de volumes de modelos de emissão zero.

Na França, além de incentivos oficiais, algumas cidades já anunciaram a proibição da circulação de veículos com motores a combustão, como Paris, cujo prazo anunciado para o banimento total de emissões veiculares é 2030. No Japão os subsídios são relacionados às emissões e à autonomia dos carros a bateria, o que também incentiva o desenvolvimento de tecnologias de carga e armazenamento de energia.

Nos Estados Unidos o Estado da Califórnia adota o programa chamado ZEV (Zero Emission Vehicle), que define um numero fixo de veículos de emissão zero a ser vendido. O objetivo para 2030 é de 5 milhões de unidades.

No caso do Brasil, não existe ainda nenhuma política definida para incentivar a eletrificação da frota, e há até quem ainda duvide do futuro dessas modalidades de propulsão. Uma discussão um pouco tardia. Mas há sinais de que o programa Rota 2030 considere o assunto. Vamos aguardar.